

UMA OUTRA UNIVERSIDADE É POSSÍVEL: AFETOS, POLÍTICA E AGENDA DE VIDA

Daniela Tonelli Manica¹ - Labjor/Unicamp

Resumo:

Esse texto debate com as questões colocadas no 6º Edicc, procurando pensar a universidade no contexto político contemporâneo, e as alternativas que se apresentam para sua transformação. As duas palavras escolhidas para nomear o 6º Encontro de Divulgação Científica e Cultural, do qual resulta essa publicação, “afetos políticos”, traduzem bem esse momento difícil que estamos vivendo. Proponho um exercício de síntese a partir dos “focos de ataque” elencados pelos organizadores do evento, pensando em quatro aspectos que eles mobilizam e disputam: a definição de como o mundo é; a definição de como a “sociedade” deve ser; a definição de quem somos “nós”, seres humanos; e de como (e se) os nossos corpos devem ser regulados. Discuto, ainda, a responsabilidade do campo da divulgação científica e cultural na construção da imagem pública da ciência e da tecnologia, na defesa dos valores sociais e morais que podem e devem balizar nossas práticas, argumentando a favor da fabulação de presentes e futuros possíveis, que se contraponham de forma contundente à agenda de morte atualmente em curso.

Palavras-chave: Universidade. Afetos. Política. Vida. Divulgação científica e cultural.

Abstract:

This text discusses the issues posed in the 6th Edicc (Encontro de Divulgação Científica e Cultural – Scientific and Cultural Divulagation Meeting), aiming to think about the university in the contemporary political context and the alternatives presented for its transformation. The two words chosen to name the 6th edition, which this essay results from, “political affections”, aptly represents the difficult moment that we are living in. I propose a synthesis exercise from the “focuses of attack” listed by the event organizers, considering four aspects they mobilize and dispute: the definition of how the world is; the definition of how “society” should be; the definition of who “we” are, as human beings; and how (and if) our bodies should be regulated. I also discuss the responsibility of Science and Culture Dissemination in the creation of public image about science and technology, in the defense of social and moral values that should and must guide our practices, arguing in behalf of the formulation of possible presents and futures, which are strongly opposed to the current death agenda.

Keywords: University. Affection. Politics. Life. Science and Culture Dissemination.

As duas palavras escolhidas para nomear o 6º Encontro de Divulgação Científica e Cultural (Edicc), do qual resulta essa publicação, afetos políticos, traduzem bem esse momento difícil que estamos vivendo. Um momento em que os ratos saíram dos esgotos; o lado pior, perverso e sombrio das pessoas veio à tona, muitas vezes de pessoas próximas a nós. Um momento em que lobos - eventualmente em pele de cordeiro, ou às vezes nem isso - conseguiram capturar insatisfações difusas, manipular emoções, manipular eleições. Tempos de demônios disfarçados de santos. Com minhas desculpas, pela figuração, aos ratos, aos lobos, aos demônios e santos. Um

¹ Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/IEL, Unicamp). Professora do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (IEL, Unicamp) e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais (IFCH, Unicamp). Possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado (2003) e doutorado (2009) em Antropologia Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH, Unicamp). Fez pós-doutorado no Instituto de Medicina Social da UERJ (2010) e no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências, Unicamp (2017).

momento em que temos falsos moralistas sem nenhuma dignidade (des)decidindo o nosso presente e sabotando os nossos futuros.

A organização do 6º Edicc enviou para nós, participantes, a carta que foi lida na abertura do evento. A intenção era de que ela fosse disparadora de afetos e reações, e é à ela que eu respondo nessa fala. Nessa carta, são citados alguns exemplos daquilo que tem sido alvo de desentendimentos, de críticas e de oposição: as festas (supostamente imorais) nas universidades; as vacinas; Paulo Freire; a esfericidade da terra e a teoria da evolução. Cada um desses exemplos mereceria uma discussão própria e longa, mas gostaria de fazer um exercício de síntese a partir desses “focos de ataque” elencados, pensando em quatro aspectos que eles mobilizam e disputam.

1. Disputa-se a definição de como o mundo é: se a terra é plana ou esférica; se estamos ou não sofrendo mudanças climáticas; se a ciência pode ou não falar sobre essas coisas;
2. Disputa-se a definição de como a “sociedade” deve ser: há, da perspectiva dessa nova direita, uma ode ao capitalismo neoliberal e à xenofobia, uma postura declaradamente antipovo, antidiversidade e anticomunista (e a figura de Paulo Freire encarna o perigo da divergência, o opositor a ser exterminado e perseguido);
3. Disputa-se quem somos “nós”, seres humanos. Se somos criaturas de Deus ou somos descendentes naturais dos macacos – um problema medieval, atualizado por um obscurantismo religioso 2.0, que ocupa o Estado e tenta dissolver sua laicidade, apesar desta ser uma garantia constitucional.
4. Disputa-se, finalmente, como (e se) os nossos corpos devem ser regulados. Esse último ponto junta, ao mesmo tempo, duas perspectivas interessantemente contraditórias: uma anticontroladora com outra altamente controladora.

A primeira pode ser exemplificada pelo movimento antivacina, que estaria fundado na desconfiança das reais intenções do Estado ao obrigar compulsoriamente sua população a ser vacinada. As vacinas aparecem como parte uma conspiração maior, a fim de nos programar bioquimicamente para uma espécie de “zumbificação”. Tem, portanto, como pano de fundo, uma recusa à sujeição do corpo ao Estado que poderia, em outro enquadramento, configurar uma certa resistência libertária. Afinal, a crítica à medicalização e à sujeição dos corpos no capitalismo está presente em um amplo conjunto de reflexões nas humanidades e tem sustentado parte das reivindicações de diversos movimentos sociais.

Mas, paradoxalmente, nas configurações contemporâneas essa resistência se articula simplesmente a um quadro paranoico e persecutório, sem nenhum fundamento verdadeiramente

libertário, ou mesmo liberal. Até porque ela se conecta também a uma abordagem altamente controladora e moralista, que incide sobre determinados tipos de corpos e não sobre outros. Esse aspecto está relacionado com as tais “festas imorais” na universidade, com a expressão da sexualidade e com a expressão de corpos femininos e LGBTQIA+, com a vivência de sexualidades múltiplas, livres e desarticuladas dos modelos de família nuclear e patriarcal.

Temos assim um mapa amplo, para ficar apenas com os exemplos que vocês trouxeram, mas que tem como sustentação uma figura de fácil identificação: a tal figura do “homem branco ocidental”, em crise com os tensionamentos dos seus privilégios, do seu modo “tradicional” de viver que vem sendo colocado em questão. Figura resistente às transformações que se impõem sobre a sua (frágil) subjetividade, questionando as violências que marcaram historicamente a expressão da sua sexualidade (pelo machismo e homofobia, aliados ao racismo, colonialismo e ao capitalismo). Essa figura reage, encarnada em pessoas dispersas ao longo do planeta, reivindicando uma retomada de seu poder caquético, e advogando uma agenda de morte para todos os “outros” (mulheres, pobres, população LGBT, povos pretos, indígenas, originários, imigrantes etc.). Em defesa dessa figura são agenciadas perspectivas religiosas conservadoras, que supostamente protegem a “família nuclear”, reduzindo-a a um singular no qual todos lugares são pré-determinados e estanques para “mulheres e homens” na sociedade. E esses agenciamentos se (re)produzem por velhas e novas redes sociais: igrejas e comunidades em geral, mas também – e sobretudo – as redes digitais.

Nessa nossa distopia contemporânea, essa figura arcaica se une aos malucos em geral que questionam o acúmulo histórico da ciência ocidental. Não que esse acúmulo não mereceria ser revisitado e reescrito, como a crítica feminista e pós-colonial da ciência vem clamando há décadas. Essas críticas seriam bem-vindas para ocupar a ciência com questões e direcionamentos verdadeiramente populares e libertários. Poderíamos ser menos “científicos” no sentido de pensar o mundo de outras formas, como por exemplo as populações não-ocidentais, os povos originários, o fazem. Propondo formas novas e mais éticas de construir mundos e futuros.

Mas não. Infelizmente esses bombardeios anticientíficos não se sustentam diante do mínimo de reflexão ou de experimentalidade, são de uma preguiça intelectual desconcertante e estão restritos ao escopo limitante, e limitado, das redes sociais digitais e seus esquemas automatizados de produção de bolhas e de reificação de não-verdades. Essas críticas não resistem ao debate ou à argumentação, pois não estão na esfera da racionalidade e da valorização do diálogo e do conhecimento, e sim no plano de afetos políticos “ruins”: ódio, ressentimento, sexualidades mal resolvidas, desejo de morte. Não há luz, nem amor, nem solidariedade.

O mundo mudou muito, e muito rápido. Depois do golpe de 2016, eu não consigo mais

falar nem agir sem ser afetada pelos efeitos desse processo, e portanto, explicitando sempre de alguma maneira meu ponto de partida e perspectiva, as formas como os processos políticos em curso me afetam. É muito bom ver essa sensação reverberar aqui na proposta desse evento, nas falas de todos, e é muito importante estarmos juntos falando sobre isso. Muito obrigada por terem feito essa provocação.

Vocês situaram na carta esses problemas também como uma certa crise de credibilidade, da qual eu gostaria também de falar a partir da minha experiência de formação universitária. Assim como os outros colegas professores e pesquisadores me formei durante uma “crise de financiamento”. Nos formamos na universidade em um regime declaradamente neoliberal, no qual a universidade pública era vista como um gasto potencialmente desnecessário. Hoje, fundem-se aspectos daquela crise de financiamento com isso que vocês estão chamando de “crise de credibilidade”, e que tem a ver com essas disputas de narrativas sobre o mundo, a sociedade, e nós mesmos. O cenário é pior. Mas ainda assim, existe o mesmo objetivo anterior de cortar os investimentos públicos na formação pública superior e no desenvolvimento de ciência e tecnologia. Agora, contudo, de uma forma ainda mais radical, visando deliberadamente a destruição de agências consolidadas como o CNPq e a Capes.

Eu achei interessante como vocês nos colocaram, a partir desse campo da divulgação científica, como responsáveis. Eu quero discutir um pouco essa responsabilidade. De fato, a divulgação científica é essa parte da universidade que toma de forma mais explícita a responsabilidade sobre a tradução, sobre fazer com que a pesquisa e o ensino na universidade sejam conhecidos e façam sentido para a comunidade não-universitária, sobre o papel de falar sobre a ciência não somente para os próprios cientistas.

No entanto, eu não acredito que a responsabilidade da realização desse trabalho seja só do campo da divulgação científica. Claro que a divulgação científica tem que ser um espaço de tradutibilidade, de extensão, de expansão, de criatividade, poetização e também de politização do conhecimento científico. Mas, além disso, a própria forma de funcionar da ciência, da universidade e da produção de conhecimento pode e precisa ser revista no sentido de pensar *para quem e para que* nós produzimos conhecimento. Isso também corporifica a “comunicação” da ciência.

A ciência sempre foi codificada, endógena, autocentrada, e faz parte do seu funcionamento ser assim. Ao mesmo tempo, devido a isso podemos pensar nela também como elitista, encastelada e ainda muito iludida pelos valores de objetividade e de neutralidade, que excluem determinadas pessoas e subjetividades do seu processo de produção. Eu quero, e acredito que nós queremos, uma ciência mais aberta, mais acessível, que estabeleça pontes, relações para fora do seu próprio coletivo, que explore linguagens e comunicações outras, com outros públicos, que negocie e

desdobre outros sentidos possíveis para suas práticas, sentidos mais conectados a demandas públicas e demandas coletivas.

Qual é o sentido da produção do conhecimento científico? Como amplificar sem abrir mão da autonomia? Dos aspectos e valores científicos da coletividade, da experimentalidade? do rigor conceitual e metodológico, de objetividades situadas? Como explorar possíveis escritas mais experimentais, que sejam inter, trans, multi ou pós-disciplinares? Como legitimar essas outras formas de escrita? Como rever e transformar as assimetrias, desigualdades e injustiças, tão entranhadas na dinâmica interna da universidade e nas práticas científicas cotidianas, no sentido de produzir igualdade, justiça e liberdade? Acredito que estes sejam os principais dilemas dessa nova universidade, na qual precisamos apostar.

Precisamos saber como falar dessa agenda pró-morte que se impõe sobre nós agora, e contra o conhecimento. Por um lado, isso é fácil porque está bem evidente qual é o lado certo da história. É inclusive aquele que acredita na História, como uma disciplina, como um valor a ser defendido, como parte da Ciência. A nossa agenda política parece ser simples: é defender a vida, defender a educação, e defender o conhecimento. Está bem fácil de “fazer o cartaz”. É tudo tão absurdo, que os cartazes para manifestações são muito simples, defendendo direitos básicos que inclusive já foram conquistados. Trata-se de defender que eles não sejam perdidos.

Por outro lado, é também difícil. É difícil responder aos acontecimentos contemporâneos de uma maneira eficaz, porque isso envolve abraçar as nossas contradições, isso envolve se propor a superar as contradições que o *modus operandi* da universidade impõe. É preciso interromper processos, criar casos, comprar brigas... Como tornar a universidade mais inclusiva, justa e responsável?

Responsável em termos financeiros, evidentemente, mas também responsável socialmente considerando sobretudo o seu papel diante de um mundo “danificado”. Não temos nenhuma opção além de assumir radicalmente a luta e nossas posições. Pontuando que de lado nós estamos nessas disputas, e que mundo nós queremos.

Acho que isto está mais evidente agora do que no momento no qual nós nos formamos, quando as tensões ainda não se colocavam desta forma. Hoje, para mim, está muito mais evidente o que significa uma expressão que eu estudei quando fiz ciências sociais mas que não me tensionava de forma tão agressiva: o capitalismo neoliberal privatista, que se desenhava ali no final do século XX, mas que teve esse interregno, no Brasil, nos primeiros anos do XXI, com uma série de transformações sociais importantes.

A ciência foi sequestrada pelo capitalismo neoliberal privatista e hoje agoniza sufocada pelo sentido restrito da sua produção voltado não para a libertação humana, para a saúde, a paz, o

amor e a valorização do planeta que habitamos, mas para a manutenção do mercado e do consumo, visando a produção de objetos e ideias que possam ser patenteados e vendidos. Essa redução da ciência à tecnociência se apoia na figura do cientista como um indivíduo “produtivo” integrado, como um produtor de resultados e de produtos utilizáveis por quem puder pagar por eles.

Isso é uma limitação inaceitável não só do que acumulou a história das ciências ocidentais, mas do que pode ser o seu futuro. É uma visão que reduz as possibilidades de diálogo e construção criativa com outras, e diversas, formas de conhecimento, como os conhecimentos dos povos originários e tradicionais, além das humanidades e das artes, como formas de conhecer e de experimentar o mundo.

O Estado é um agente fundamental na construção de realidades alternativas à selvageria capitalista. O financiamento público de saúde e educação é uma das formas que encontramos de assegurar outros, e diversos, modos de viver. O neofascismo contemporâneo hoje ocupa o Estado para deliberadamente sufocar essa potência. Nossos sonhos de futuro precisam se associar a uma bandeira bastante presente desde a década de 1990: a da defesa de uma universidade “pública, gratuita e de qualidade”.

Para nós, hoje, esse é o mínimo que precisa ser assegurado, mas precisamos ainda adicionar as reivindicações de que as universidades sejam/continuem sendo “inclusivas”, “socialmente referenciadas” e menos letais do ponto de vista da saúde mental. Precisamos rever a desumanização do trabalho em nome do capitalismo financeiro e especulativo aplicado à ciência e tecnologia, o que tem levado desde graduandos a pós-doutores a problemas graves de saúde mental, inclusive o suicídio. As taxas de suicídio são enormes na nossa comunidade, e não estamos sabendo como lidar com esse problema. Restaurar a alegria, reabilitar festividades e estreitar os laços comunitários pode ajudar. Ter futuros possíveis no horizonte. Isso demanda também tempo ocioso, autorizado. Espaços de socialização gratuitos, e seguros.

É preciso rever a colaboração inquestionável com a produção tecnológica articulada ao consumismo irresponsável, à obsolescência programada, as lógicas de patentes e propriedades intelectuais que aprisionam os resultados de conhecimento científico público, financiado publicamente, para indivíduos e empresas que visam lucro. Pensar sobre essas coisas criticamente, apostar que uma outra universidade é possível, como resultado de uma transformação em relação ao modelo que se apresenta, é também lidar de uma forma menos destrutiva com essa agenda de morte que se coloca.

Nunca falamos tanto em morte, é o tema do momento, e é o que se propõe em vários aspectos de formas concretas e abstratas: a liberação das armas, a retirada das multas pelo não uso de cadeirinhas de crianças nos carros, a destruição das florestas, das universidades e da saúde

pública...

Mas esses problemas nos afetam mais hoje por conta desse contexto mais geral e também porque estamos aqui em um lugar de muito privilégio, que é a universidade. As populações originárias e as populações afro-brasileiras estão lidando com essa agenda de morte há séculos. E acredito que é com eles também que nós precisamos aprender como se reinventar, como resistir e como pensar em renascimentos possíveis. Como reivindicar a vida.

Sabemos pela história que o mundo funciona em ciclos. Sabemos que tem ciclos que são piores e ciclos que são melhores, estamos talvez no meio, ou começo (espero que seja o fim, mas não sabemos) de um ciclo bem difícil e ruim. Precisamos aprender com as pessoas que já passaram por esses processos e que sabem que nós temos perdas e dificuldades, mas que temos que seguir apostando na mudança do jogo, no renascimento e na possibilidade de aproveitar das ruínas deste processo a chance de reconstruir a universidade na direção de algo melhor do que ela é hoje.